



Juízo: 10º Juizado Especial Cível da Porto Alegre

Processo: 9001724-49.2017.8.21.3001

Tipo de Ação: Indenização por Dano Moral :: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

Autor: [REDACTED]

Réu: [REDACTED]

Local e Data: Porto Alegre, 05 de dezembro de 2017

## SENTENÇA

Vistos.

1. Homologo o pedido de desistência da ação formulado (fl. 107), para o fim de julgarextinto o feito, sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, inciso VIII, do CPC.

2. Nesse contexto, revela-se lamentável a postura assumida pela parte autora, quedeliberadamente movimentou a máquina pública, e, ainda, como se não bastasse, permitiu que o feito se desenrolasse até o presente momento, valendo-se de domicílio que não comprovou ser o seu, além de omitir informações acerca de eventuais inscrições negativas anteriores dos seus dados nos cadastros restritivos de crédito.

Forçoso atentar para a conduta desidiosa adotada pela parte, o que vem se repetindo demasiadamente neste Juizado, ante a significativa quantidade de demandas similares ajuizadas pelos procuradores da parte autora, sem que tenham instruído minimamente os seus pedidos. É possível concluir que a parte e seus procuradores se utilizaram da facilitação do acesso aos Juizados Especiais, sobretudo dos critérios que regem a sua sistemática, como a simplicidade, informalidade e celeridade, com o evidente objetivo de satisfazer interesses escusos, sequer levando a cabo a ação, como ocorreu nos presentes autos. Resta evidente, assim, que a postura demonstrada neste feito, aliada ao vultoso aglomerado de ações em condições análogas ajuizadas apenas neste Juizado pelos procuradores da autora, resulta em nítida afronta e prejuízo à prestação jurisdicional efetiva, corolário da garantia constitucional do devido processo legal, fato este que não se pode deixar de lado. Sopeso, ademais, mostrar-se ainda mais gravosa tal prática no âmbito dos Juizados Especiais, cuja atividade desempenhada é de expressiva relevância social, razão pela qual, por decorrência, os prejuízos acarretados na administração da Justiça acabam por atingir parcela mais fragilizada e vulnerável da sociedade, delongando a apreciação de outras inúmeras causas.

Inafastável, portanto, a prática de ato atentatório à dignidade da justiça. Observo que incumbe ao magistrado, inclusive de ofício, prevenir e reprimir a conduta atentatória à dignidade da justiça, consoante estabelece o artigo 139, inciso III, do NCPC. Ao provocar a esfera jurisdicional, mediante o ajuizamento de causa manifestamente improcedente, distorcendo informações, violou a parte autora o princípio da lealdade processual, a disciplina do artigo 77, incisos I, II, e IV, bem como do artigo 80, inciso V, ambos do NCPC. A propósito, não é diverso o entendimento sedimentado pelo Tribunal de Justiça do Estado acerca do tema, conforme o seguinte aresto:

APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATOS DE CARTÃO DE CRÉDITO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO ORDINÁRIA DE DESCONSTITUIÇÃO DE DÉBITO C/C PEDIDO LIMINAR. INDEFERIMENTO DA INICIAL. REQUERIMENTO DE JUNTADA DE PROCURAÇÃO REGULAR DESATENDIDO. TEORIA DA CAUSA MADURA. PROCESSO APTO PARA JULGAMENTO. PROVA DA EXISTÊNCIA DA OBRIGAÇÃO. INSCRIÇÃO DO



Confira autenticidade em <https://www.tjrs.jus.br/verificadocs>, informando 0000417161195.

NOME NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. ANOTAÇÕES ANTERIORES. SÚMULA 385 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TENTATIVA DE ALTERAR A VERDADE DOS FATOS. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ CONFIGURADA. **1. Havendo dúvidas quanto à lisura da documentação trazida pelas partes, é dever do Magistrado determinar medidas que impeçam atos atentatórios à dignidade da justiça. 2. Em casos específicos, possível a superação da extinção do processo sem resolução de mérito de modo a favorecer a melhor administração da Justiça, corolário da prestação jurisdicional. 3. Estando o processo em ordem e a matéria fática discutida nos autos dependendo exclusivamente de prova documental, possível a aplicação da teoria da causa madura, nos exatos termos do artigo 1.013, §3º, inciso I do Código de Processo Civil. 4. Havendo prova da existência da obrigação inadimplida, a inscrição do nome do consumidor nos cadastros de proteção do crédito é medida de exercício regular de direito. 5. Frente a existência prévia de anotações desabonadoras diversas, incide a súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça. 6. O agir temerário, nos termos do artigo 81 do Código de Processo Civil, afronta o dever da boa-fé insculpido no artigo 5º do mesmo codex e impõe aplicação de multa.** PRELIMINAR REJEITADA

APELAÇÃO PROVIDA AUTORA CONDENADA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ (Apelação Cível Nº 70071546394, Vigésima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alberto Delgado Neto, Julgado em 25/04/2017) (Grifei)

Logo, diante da conduta temerária evidenciada, fixo multa à parte autora, no montante equivalente a 10% do valor da causa, nos termos do art. 81, *caput*, do NCPC, importância esta não abarcada pelo benefício da gratuidade judiciária.

Ainda, reconhecida a litigância de má-fé, enquadrando-se a hipótese na exceção à regra do art. 55, *caput*, da Lei 9.099/95, condeno a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios em favor do patrono da parte adversa, ora fixados no montante de R\$ 300,00, dada a natureza da causa e sua reduzida complexidade, bem como o trabalho desenvolvido, nos termos do art. 85, §§2º e 8º, do NCPC.

Tais importâncias, igualmente, não terão sua exigibilidade suspensa no caso de eventual concessão do benefício da gratuidade judiciária, dado o caráter punitivo da medida.

Determino ao cartório que providencie o encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público, para apuração dos fatos na esfera criminal, em cumprimento ao disposto no art. 40 do Código de Processo Penal.

Outrossim, oficie-se à Ordem dos Advogados do Brasil, com as respectivas cópias, para fins de apuração da conduta dos procuradores da parte autora na esfera administrativa. Intimem-se.

Ao final, archive-se com baixa.  
Diligências legais.

Porto Alegre, 05 de dezembro de 2017

Dra. Nelita Teresa Davoglio - Juíza de Direito

Confira autenticidade em <https://www.tjrs.jus.br/verificadocs>, informando 0000417161195.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DOCUMENTO ASSINADO POR

NELITA TERESA DAVOGLIO

DATA

06/12/2017 09h50min



*Este é um documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.*

*Para conferência do conteúdo deste documento, acesse, na internet, o endereço <https://www.tjrs.jus.br/verificadocs> e digite o seguinte número*

verificador: 0000417161195

